



HARPIA
MEIO AMBIENTE

PORFÓLIO DA EMPRESA

Drª Gisele Victor Batista

Sumário

1	Apresentação	2
1.1	Empresa	2
1.2	Dados da Empresa	2
1.2.1	Escritório de Brasília - DF	2
1.2.2	Escritório de Florianópolis - SC	2
1.2.3	Contatos	2
1.3	Produtos.....	3
1.3.1	Licenciamento Ambiental	3
1.3.2	Projetos de Crédito de Carbono	5
1.3.3	Estruturação Empresarial e Financiamentos Internacionais	8
1.3.4	Planos de Negócios para Financiamentos/Investimentos Internacionais	9
2	Responsável Técnica pela Empresa Harpia Meio Ambiente.....	10
2.1	Formação Acadêmica	10
2.2	Formação Complementar	10
2.3	Experiência Profissional	10
2.4	Missões a Curto Prazo	12
2.5	Atuação da Responsável Técnica como Gerente de Projetos e/ou Participação Técnica	12
2.6	Atuação como Palestrante	14
2.7	Atuação em Projetos de Pesquisa Científica e Acadêmica.....	15
2.8	Atuação na Produção Acadêmica e Científica.....	15
2.9	Atuação em Orientações de Monografias de Conclusão de Curso Especialização Lato Sensu	17

1 Apresentação

1.1 Empresa

A Harpia é uma empresa de projetos ambientais, com o olhar voltado para o futuro. Com sede em Brasília/DF, um dos grandes centros de negócios do país, e escritório em Florianópolis/SC, está apta para gerenciar e elaborar grandes projetos, dentro de valores de desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.

É formada por equipe multidisciplinar e altamente especializada, advinda de diversas áreas de atuação e com mais de 10 anos de experiência no mercado, que busca realização profissional através da elaboração de projetos inovadores. A excelência técnica aliada à agilidade nos processos fornecem as melhores soluções aos clientes e promove um clima organizacional motivador.

Com garra, determinação, engajamento e foco no resultado a Harpia está construindo sua história no setor de consultoria de Licenciamento Ambiental, Elaboração de Projetos e Comercialização de Crédito de Carbono e Planos de Negócios para Estruturação Empresarial e Intermediação Comercial para fins de financiamento, em diversas regiões do país.

1.2 Dados da Empresa

Razão Social: Harpia Meio Ambiente EIRELI ME

CNPj: 24.689.654/0001/32

CREA: 12431/DF

Escritórios

Brasília - DF

SAUS, Quadra 4 – Bloco A, Nº30 – Sala 716 – CEP: 71.070-938.

Fone: (61) 986065618

Florianópolis - SC

Avenida Ivo Silveira, nº 232, Estreito – CEP: 88.085-000

Fone: (48) 996020455

1.2.1 Contatos

[contato@harpia meioambiente.com.br](mailto: contato@harpia meioambiente.com.br)

www.harpia meioambiente.com.br

[\(Skype\)](http://harpia meioambiente (Skype))

[\(Facebook\)](http://Harpia Meio Ambiente – Empresa (Facebook))

[\(Instagram\)](http://Harpia meioambiente (Instagram))

[\(LinkedIn\)](http://Harpia Meio Ambiente (LinkedIn))

1.3 Produtos

1.3.1 Licenciamento Ambiental

A Harpia está apta a elaborar e gerenciar projetos inerentes à área ambiental (rodovias, ferrovias, loteamentos, regularização fundiária, indústrias, PCHs, aeroportos, mineração, agroindústria, etc.), tanto na esfera da iniciativa pública, como na privada, envolvendo:

- Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima);
- Plano de Controle Ambiental (PCA);
- Relatório de Controle Ambiental (RCA);
- Estudo Ambiental Simplificado (EAS);
- Plano Básico Ambiental (PBA);
- Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD);
- Planos de Monitoramento;
- Entre outros.

Tais estudos, inerentes a LICENCIAMENTO AMBIENTAL, abrangem: *Licença Ambiental Prévia (LP)* - antes da obra, visa avaliar o ambiente de inserção do empreendimento; *Licença Ambiental de Instalação (LI)* - mede os impactos das atividades a implementar sobre o meio ambiente; e *Licença Ambiental de Operação (LO)* – atinente ao monitoramento ambiental, com o intuito de controlar ou mitigar todos impactos previstos nas etapas anteriores.

A aplicação de a legislação ambiental objetiva restringir a ação *informal* de empresários e investidores, bem como baliza a atuação do Ministério Público na fiscalização e punição dos que denomina "poluidores/predadores do meio ambiente". Daí, ser recomendável aos interessados o respaldo de consultoria em meio ambiente, para a elaboração de estudos e trabalhos responsáveis, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental.

1.3.1.1 Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA - Rima

Quando o empreendimento enquadra-se como atividade sujeita ao licenciamento ambiental o órgão fiscalizador poderá solicitar estudos que apontem, imparcialmente, os problemas ou benefícios a serem causados. Neste sentido, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) visa identificar os possíveis impactos ambientais significativos (negativos e positivos), gerados pela implantação de empreendimento, propondo programas de mitigação desses impactos, assim como o acompanhamento e gestão ambiental das atividades a serem desenvolvidas.

A Resolução do CONAMA Nº 001/86, de 23 de Janeiro de 1986 define quais são as atividades que estão sujeitas à elaboração do EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima), quando da solicitação de licenciamento. A referida Resolução apresenta as diretrizes gerais para a elaboração do EIA, bem como as atividades técnicas mínimas que devem ser cumpridas em relação ao diagnóstico ambiental da área, a previsão e a análise dos impactos ambientais, a definição de medidas mitigadoras e as atividades de acompanhamento e de monitoramento.

O Rima busca, de forma simplificada, traduzir o conteúdo do EIA para uma linguagem coloquial e acessível, para que pessoas leigas, do ponto de vista da legislação e das técnicas expostas no EIA, entendam o contexto e os resultados encontrados.

1.3.1.2 *Plano de Controle Ambiental - PCA*

O Plano de Controle Ambiental (PCA) visa identificar e quantificar os impactos ambientais causados por um determinado empreendimento, devendo este estudo ser construído na etapa de Licença de Implantação (LI) do empreendimento. Isto se deve ao fato de, nesta fase, ser mais facilitado o controle das interferências apontadas pelo estudo ambiental.

1.3.1.3 *Plano de Manejo de Unidade de Conservação*

Segundo o Ministério do Meio Ambiente o Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação, definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado. Ele estabelece a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais; estabelece normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Unidade de Conservação, zona de amortecimento e dos corredores ecológicos; reconhece a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

Este estudo pode também ser aplicado a áreas particulares que visem a exploração sustentável dos recursos florestais. Esta categoria de estudo deve ser submetido a aprovação do órgão ambiental competente.

1.3.1.4 *Inventário Florestal*

De uma maneira simples, o Inventário Florestal traz informações qualitativas e quantitativas dos recursos florestais presentes em uma determinada área. Este estudo pode ser dividido em vários tipos, dependendo de sua finalidade e seu objetivo. Pode variar de um Inventário tipo Censo, onde são amostrados todos os indivíduos de uma área, até aqueles que por métodos estatísticos preveem uma amostragem que represente o total de uma população florestal.

1.3.1.5 *Cadastro Ambiental Rural - CAR*

Segundo o Ministério da Agricultura, o Cadastro Ambiental Rural, comumente conhecido pela sigla CAR, é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Dentre as informações ambientais, estão as Áreas de Preservação Permanente, as áreas de Reserva Legal, as florestas e os remanescentes de vegetação nativa, as Áreas de Uso Restrito (pantanais e planícies pantaneiras) e as áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

1.3.1.6 *Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - EVTEA*

O Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental visa apresentar informações sobre determinada obra e/ou atividade, de forma que sua implantação e operação ocorram de maneira sustentável. Para tanto, são avaliadas as potencialidades e as restrições, previstas em legislação urbano-ambiental, para propor uma ocupação mais adequada possível aos condicionantes e restrições que a área oferece. Assim, aproveita as oportunidades oferecidas, de maneira que se possa chegar a conclusões favoráveis em relação à implantação do empreendimento, da forma como proposto.

1.3.1.7 *Monitoramento Ambiental*

Monitoramento ambiental é o conhecimento e acompanhamento sistemático da situação dos recursos ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico, com vistas à recuperação, melhoria ou manutenção do meio ambiente. Esta por sua vez, está relacionada ao controle de variáveis ambientais, que se alteram, seja em função das ações antrópicas, seja em função de transformações naturais. Todas as atividades que se enquadram com potencialmente poluidoras do meio ambiente necessitam de processo de monitoramento ambiental, para garantir que o controle da qualidade socioambiental.

1.3.1.8 *Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)*

O Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) tem por objetivo o retorno da área degradada a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando à obtenção de uma estabilidade ambiental e ecológica. O PRAD contém uma série ações que mitigam o impacto ambiental causado por uma determinada atividade ou empreendimento, tais como desmatamentos, terraplenagem, exploração de jazidas, exploração de empréstimos e bota-foras, recuperação de APP (Área de Preservação Permanente) e de RL (Reserva Legal). O PRAD volta-se, sobretudo, aos aspectos do solo e da vegetação, muito embora possam contemplar também, direta e indiretamente, a reabilitação ambiental da água, do ar, da fauna e do ser humano.

1.3.2 *Projetos de Crédito de Carbono*

O Mercado de Carbono constitui-se num dos mecanismos usados para a mitigação do aquecimento global e da mudança do clima, em decorrência do aumento, na atmosfera, dos chamados gases de efeito estufa (GEE), provenientes da queima de combustíveis fósseis. Como envolve todos os países, as medidas para reduzir as emissões de GEE são tratadas em negociações no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na 21^a Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Paris, foi adotado um novo acordo, com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países-membros da Convenção, para reduzir emissões de gases de efeito estufa - GEE no contexto do desenvolvimento sustentável.

O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Para que comece a vigorar, o Acordo de Paris necessita que os governos envolvam-se na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (NDCs). Por meio das NDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos gases de efeito estufa, seguindo o que cada governo considera viável a partir do cenário social e econômico local.

O Protocolo de Quioto criou um mercado internacional, onde as reduções de emissões de GEE e a remoção atmosférica de CO₂ poderiam ser comercializadas entre países por meio de créditos de carbono. Com a entrada em vigor do Protocolo, em 16 de fevereiro de 2005, o mercado evolui, aumentando consideravelmente os volumes e os valores negociados.

1.3.2.1 Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL

Previsto pelo Protocolo de Kyoto, o MDL permite a certificação de projetos de redução de emissões dos Gases do Efeito Estufa (GEE) e a posterior venda das reduções certificadas de emissão, para serem utilizadas pelos países que precisam cumprir suas metas. Esse mecanismo deve implicar em reduções de emissões adicionais àquelas que ocorreriam na ausência do projeto, garantindo benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo para a mitigação da mudança do clima.

Os projetos de MDL tem o objetivo de evitar as emissões e/ou capturar os gases responsáveis pelo efeito estufa, cujas principais causas são apresentadas na tabela que segue:

GASES DO EFEITO ESTUFA (GEE)	POTENCIAL DE AQUECIMENTO GLOBAL	PRINCIPAIS CAUSAS
CO ₂ (dióxido de carbono)	1 x CO ₂ e (referência)	Uso intensivo de combustíveis fósseis, aumento da ocorrência de queimadas e incêndios florestais, que provocam o aumento das emissões de CO ₂ para a atmosfera; Redução das áreas florestadas, que absorvem e estocam o carbono atmosférico.
CH ₄ (metano)	21 x CO ₂ e	Degradação anaeróbica de material orgânico em aterros, estações de tratamento de efluentes, lagoas anaeróbicas com dejetos animais, além do processo digestivo de animais ruminantes (ex:gado bovino).
N ₂ O (óxido de nitrogênio)	310 x CO ₂ e	Queima de combustíveis fósseis, uso abusivo e incorreto de fertilizantes químicos no solo.
CFCs, HFCs, PFCs	140 x até 11.700 x CO ₂ e	Sistemas de refrigeração e sprays aerossóis
SF ₆ (hexafluoreto de enxofre)	22.500 x CO ₂ e	Produzido industrialmente para uso principalmente pela indústria elétrica, como meio isolante e extintor de arco elétrico, tanto em disjuntores, como em sub-estações blindadas

Tabela 1. Principais Gases de Efeito Estufa, suas Origens e Potencial de Aquecimento Global. Fonte: IPCC 2007

Diante do apresentado, as principais áreas de atuação do MDL no Brasil são:

- Energia;
- Processos Industriais;
- Agricultura e pecuária;
- Mudança do Uso da Terra e Florestamento e reflorestamento;
- Tratamento e disposição de resíduos sólidos;

Para cada setor acima elencado, existem metodologias específicas, estabelecidas pela ONU, as quais devem ser seguidas para que se possa estabelecer a linha de base do projeto e prever as adicionalidades adquiridas com sua aplicação.



1.3.2.2 *Projetos de REDD*

A sigla REDD significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e surgiu em 2007, durante a 13ª Reunião das Partes da Convenção da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Mudança do Clima (COP 13), realizada em Bali, na Indonésia, quando pela primeira vez o papel das florestas foi oficialmente reconhecido como fundamental para os esforços do combate aos efeitos das mudanças climáticas globais. Trata-se da criação de um mecanismo de compensação dos esforços de redução das emissões de carbono decorrentes da derrubada e queima das florestas, adotado para um conjunto de medidas, não só para a redução de desmatamento e degradação, mas também para fortalecer a conservação e a gestão sustentável das florestas.

Em 2010, na COP 16, em Cancún/México foram definidas as salvaguardas socioambientais para o desenvolvimento e a implementação de ações de REDD pelos países, quais sejam: respeito ao conhecimento e direitos de povos indígenas e membros de comunidades locais, levando em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e legislação nacionais; direito a participação plena e efetiva dos atores interessados relevantes, em particular povos indígenas e comunidades locais; e garantir que as ações desenvolvidas sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e da biodiversidade, assegurando que não sejam usadas para conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e a conservação de florestas naturais e dos serviços ecossistêmicos por elas gerados.

1.3.2.2.1 REDD+

É a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal e, também, os esforços direcionados para as ações de conservação e manejo sustentável das florestas e atividades que propiciam o aumento dos estoques de carbono das florestas nativas.

1.3.2.2.2 REDD++

REDD++ significa a inclusão das práticas de agricultura em prol do não desmatamento no conceito de REDD+.

1.3.2.2.3 ENREDD+

A Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) define como um país em desenvolvimento vai alcançar a redução das emissões com ajuda internacional. A COP 16 (UNFCCC/COP 16, 2010) solicitou aos países em desenvolvimento que, de acordo com as circunstâncias e capacidades nacionais, desenvolvam uma estratégia ou plano de ação nacional, que deve abranger as estratégias e ações de REDD+, e que essas considerem:

- Vetores de desmatamento e degradação florestal;
- Questões fundiárias;
- Questões de governança florestal;
- Considerações de gênero e as salvaguardas socioambientais, garantindo efetiva participação das diferentes partes interessadas (*stakeholders*) relevantes, entre outros, dos povos indígenas e comunidades locais.

1.3.3 Estruturação Empresarial e Financiamentos Internacionais

A escassez da oferta de crédito no Brasil, nos últimos anos, atinge as empresas de todos os portes e tem provocado grandes dificuldades ao empresário na obtenção de capital de giro e recursos para implantação de novos projetos. No entanto, o grau de dificuldade é ainda maior, quando se busca recursos para aplicação em projetos socioambientais e de sustentabilidade.

Para suprir essa lacuna de ausência de recursos no Brasil, a Harpia Meio Ambiente uniu competências e esforços com corretoras que representam Fundos Internacionais de Investimentos, propiciando a possibilidade de captação internacional de recurso para a viabilização de projetos voltados ao meio ambiente, com sustentabilidade e geração de emprego. O nosso trabalho visa simplificar os processos de captação, com a realização de visitas ao cliente, para conhecer de forma mais abrangente a sua demanda e verificar se o seu projeto/plano de negócios se enquadra no perfil estabelecido pelo Fundo. Havendo interesse será encaminhada ao cliente a relação de documentos necessários para a abertura da operação financeira.

Neste segmento, tem atuado na captação de projetos verdes, com vistas ao desenvolvimento sustentável, nas seguintes linhas:

- Energias renováveis;
- Tratamento de Dejetos de Animais;
- Tratamento de Resíduos Sólidos;
- Construção Civil;
- Capital de giro para empresas;
- Agronegócio;
- Social, saúde e educação;
- Projetos de Carbono – REDD e MDL;
- Entre outros.

1.3.4 Planos de Negócios para Financiamentos/Investimentos Internacionais

A elaboração de Relatório Técnico e Financeiro, nos moldes esperados pelos organismos internacionais exige uma visão sistêmica do negócio e a utilização de técnicas e ferramentas de inovação (produto, processo e serviço) para melhor viabilidade do projeto. Assim, um Plano de Negócios bem elaborado permite maior segurança na tomada de decisão, por parte dos investidores, pois conhecer o negócio e os problemas a ele relacionados conduz à busca por soluções em patamares mais elevados de lucratividade, de rentabilidade dos investimentos e de longevidade em tempos de grandes desafios.

Os principais pontos levantados nos Planos de Negócios são:

I. Apresentação da empresa

- a. Breve Histórico da Empresa
- b. Memorial Descritivo e Layout das Instalações
- c. Estrutura Societária e Informações Gerais
- d. Gestão Administrativa e Estrutura Organizacional
- e. Empregos e Política de RH
- f. Produtos, Serviços e Processos
- g. Balanço Patrimonial e DER

II. Estudo sobre o mercado de atuação

- a. Principais Clientes e Nichos de Mercado
- b. Análise da Demanda
- c. Análise da Oferta
- d. Insumos e Principais Fornecedores
- e. Diferencias, Qualidade e Estratégia de Investimentos
- f. Estratégia Competitiva e Sistema de Comercialização

III. Apresentação do projeto

- a. Localização
- b. Objeto de Estudo
- c. Descrição do Processo, Produto e Serviço
- d. Geração de Empregos, Diretos e Indiretos
- e. Apresentação das Garantias Reais do Projeto

IV. Aspectos Econômico-Financeiros

- a. Apresentação dos Custos Operacionais do Projeto
- b. Apresentação das Taxas de Retorno do Projeto (Payback Simples, Payback Descontado, Valor Presente Líquido, Taxa Interna de Retorno, Índice de Lucratividade, etc.)
- c. Cronograma financeiro para pagamento do empréstimo
- d. Análise Quali-quantitativa dos Riscos do Projeto
- e. Análise das Garantias do Projeto

V. Análise das Adicionalidades do Projeto;

- a. Benefícios Ambientais
- b. Benefícios Econômicos
- c. Benefícios Regionais

VI. ANEXOS

- a. Mapeamento Temático;
- b. Relatório Fotográfico;
- c. Outros.

2 Responsável Técnica pela Empresa Harpia Meio Ambiente

Nome: Gisele Victor Batista
Endereço: Brasília – DF – Brasil
Telefone: (061) 983065618
E-mail: gisele@harpia meioambiente.com.br

CREA: 757623/D-SC

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3636169863167746>

2.1 Formação Acadêmica

Período	Titulação
2016 – 2018	MBA em Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas – IPOG Linha de interesse: Emissão de <i>Green Bonds</i> no Brasil.
2013-2015	MBA em Gerenciamento de Projetos na Fundação Getúlio Vargas Título: <i>Casa em Container: casas inovadoras para públicos diferenciados.</i>
2009 - 2014	Doutora em Engenharia Civil - Gestão Territorial e Cadastro Técnico Multifinalitário Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/Brasil. Título: Modelagem Ambiental para Avaliação de Impacto como instrumento de gestão territorial no Governo Eletrônico – egov.
2002-2004	Mestre em Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Título: Análise Ambiental da Sub-Bacia do Rio dos Porcos/SC.
2006-2007	Curso técnico em Geomática - Agrimensura. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Santa Catarina.
2001-2002	Graduação em Geografia - Bacharelado. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Título: A Geo-grafia: a paisagem desenhada pelos olhos dos moradores do Morro do Mocotó.
1997-2001	Graduação em Geografia - Licenciatura Plena Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil. Título: Relatório de Estágio – Experiência na Penitenciária de SC.

2.2 Formação Complementar

Mês/Ano	Diploma / Instituição
Set/2013	BULLET PROOF MANAGER: Como lidar com clientes difíceis e Líderes que fazem a mudança funcionar (8h)
Abril/2013	Curso de Lider Coach – FECOMERCIO/DF (20h/a)
Abril/2013	Curso de Licitações Públicas Brasileira – FECOMERCIO/DF (20h/a)
Abri-Set/2011	Programa de Coaching em Grupo – ActionCOACH/SC (80h/a)

2.3 Experiência Profissional

Ano	Função Organização	Descrição das tarefas
	Harpia Meio	Elaboração e gerenciamento de projetos na área ambiental. Estudos de

Atual	Ambiente	mudança climática e ambientais – MDL/S e REDD. Elaboração de Planos de Negócios para implantação de empreendimentos nas áreas de energia, crédito de carbono, resíduos sólidos e inovação. Apoio técnico para emissão de Green Bonds e geração de projetos verdes.
2015-2016	Adjuntorium Consultoria e Assessoria	Elaboração dos estudos multidisciplinares e gerenciamento de projetos urbano-ambientais no Distrito Federal e região.
2015	Laboratório Sabin	Coordenação Administrativa de Unidade de <i>Check-Up Executivo</i> – Gerenciamento de Obra de Implantação do empreendimento.
2012 - 2015	TOPOCART Topografia, Engenharia e Aerolevantamento <i>Executiva de Projetos de Meio Ambiente, Urbanismo e Arquitetura</i>	Elaboração dos estudos multidisciplinares. Planejamento e execução de vistoria/campanhas de campo. Apresentação de Audiências Públicas. Análise de editais e elaboração de propostas técnicas para concorrência pública. Elaboração de proposta comercial e atendimento direto ao cliente. Gerenciamento de projetos (escopo, custo, tempo, recurso humano) e acompanhamento dos indicadores de desempenho e qualidade dos projetos. Acompanhamento dos riscos e problemas dos projetos. Reestruturação e planejamento estratégico do Setor. Elaboração e execução de Programa de Capacitação e Melhoria Continuada para colaboradores dos Setores de Meio Ambiente, Urbanismo e Engenharia de Infraestrutura. Apoio técnico ao setor de Marketing. Formulação do Sistema de Gestão Ambiental da Empresa. Produção de textos do Newsletter (http://www.topocart.com.br/topo/)
2011 - 2012	Universidade Barriga Verde - UNIBAVE Professora Colaboradora do Curso de Especialização <i>Latu Sensu em Gestão Ambiental</i>.	Docência nas disciplinas de Avaliação de Impacto Ambiental (30h/aula) e Sistema de Monitoramento Ambiental (30h/aula), execução de saída de campo para complemento dos conhecimentos, orientação de artigo científico como avaliação final da disciplina. Atualmente, orientação de 05 monografias, todas na área ambiental.
2006 - 2012	GIS Soluções Ambientais <i>Diretora Comercial e Gerente de Projetos</i>	Elaboração dos estudos ambientais voltados ao licenciamento ambiental. Planejamento e execução de vistoria/campanhas de campo. Atendimento ao cliente, visita de campo para composição de orçamentos, elaboração de escopo do projeto a ser executado, revisão e edição produto final, atendimento pós-venda. Elaboração de planejamento estratégico da empresa.
2004-2006	Federação das Associações de Maricultores de SC Educadora Popular	Realização de palestras, oficinas e cursos na área de educação ambiental, gestão comercial e maricultura, elaboração de material didático e organização do serviço “DISK Molusco”.
2002-2004	EaD – UFSC Monitora de Ensino à Distância	Facilitadora do conteúdo do curso, a fim de proporcionar fácil entendimento e visando a evolução acadêmica do aluno. Uso de tecnologias (e-mail, chat e software de gerenciamento aprendizado dos alunos). Acompanhamento e agendamento de aulas “tira dúvidas”.
2001	Penitenciária Pública de Florianópolis/SC	Elaboração de planos de aula, composição de material didático, com uso de multimídias e outros recursos didáticos para consolidação do conhecimento repassado.

	<i>Professora Programa de Educação para detendo dos Regimes Semiaberto e Fechado</i>	
2001	SESI/SC– Serviço Social da Indústria Professora de Geografia-Supletivo	Resumo das atividades: elaboração de planos de aula, aulas interativas e outros recursos didáticos para consolidação do conhecimento repassado. Elaboração e Aplicação de provas.

2.4 Missões a Curto Prazo

Ano	Função/Organização	Local	Descrição das tarefas
2002	Educadora Popular - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) -	Santa Catarina /Brasil	Execução de campanhas de campo para coleta de dados e elaboração de relatórios para composição de Plano Comunitário de ocupação territorial do conjunto de favelas do Maciço Central do Morro da – Município de Florianópolis – SC.
2001	Educadora Popular - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Pará/ Brasil	Projeto Extensão universitária em Universidade Solidária - NACIONAL (Carga horária: 170h): elaboração de planos de aula, composição de material didático para capacitação comunitária através de palestras sobre educação ambiental, saúde e qualidade de vida nas comunidades do Município de Augusto Correia - PA
2000	Educadora Popular - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Santa Catarina /Brasil	Projeto Extensão universitária em Universidade Solidária – REGIONAL (Carga horária: 160h): elaboração de planos de aula, composição de material didático para capacitação comunitária através de palestras sobre educação ambiental, saúde e qualidade de vida nas comunidades do Município de Augusto Correia - PA
1999	Educadora Popular – Univ. do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Santa Catarina /Brasil	Extensão universitária em Educação Popular nas periferias (favelas) da Grande Florianópolis - SC

2.5 Atuação da Responsável Técnica como Gerente de Projetos e/ou Participação Técnica

- *Business Plan* para implantação de Fábrica de Casas Sustentáveis- OPEN SPACE Consultoria (2016);
- *Business Plan* para implantação de Usina de *Syncro Thermo Plasma*, Geração de Energia Elétrica e Crédito de Carbono - ECO GRÁFICA EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A (2016);
- Estudo – Autorização Ambiental (AuA) de Condomínio Vertical – QSD Construtora e Incorporadora – Taguatinga – Brasília/DF (2016);
- Estudo socioeconômico da PCH – Pindaíba III – Rio Verde/GO;
- Coordenação do Projeto de Regularização Fundiária do Condomínio Andorinhas – Brasília/DF (Em andamento) (2015);
- Coordenação do Projeto de Regularização Fundiária do Condomínio Estância Del Rey – Brasília/DF (Concluído) (2015);
- Participação técnica no Plano Básico Ambiental das Obras de Melhorias da BR 101 Sul – Trecho Palhoça- Passos de Torres/SC (2015);

- Estudo socioeconômico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) da Fazenda Santo Aurélio – Paracatu/MG (2015);
- Estudo socioeconômico do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) de GCH (Centrais Geradoras Hidrelétricas - Usinas com potência instalada de até 1.000 kW (1 MW)) – Pindaíba I e II, Montividiu-Rio Verde/MG (2015);
- Participação na Audiência Pública sobre Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Valparaíso de Goiás/GO (2015);
- Gerente de Projetos de Reforma e Construção de Unidades da Secretaria de Saúde, Educação e Zoológico – Brasília/DF (2015);
- Inventário Florístico, Relatório de Impacto de Trânsito e Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Centro de Triagem da Estrutural – Brasília/DF (2014);
- Plano de Controle Ambiental do Projeto Mirante Norte – Brasília/DF (2014);
- Plano de Uso e Ocupação do Residencial Vila Célia – Brasília/DF (2015);
- Plano de Uso e Ocupação do Residencial Crixá – Brasília/DF (2014);
- Licenciamento Ambiental de 21 aeródromos situados no RS e SC. Banco do Brasil S.A. (2014/15);
- Licenciamento Ambiental da Malha Ferroviária da Transnordestina. TNL S.A. (2014);
- Plano de Controle Ambiental do Mirante Lago Norte - 2014; NOVACAP, Brasília.
- Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada do Loteamento Albert Ville – Município Valparaíso de Goiás/GO – 2013. Castanheiras Empreendimentos;
- Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada – Projeto Brasília Interligada - *BRT – Corredor Eixo Norte*. DER, 2013;
- Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental – Ferrovia Norte-Sul – Trecho Panorama – Chapecó – Estudo Socioeconômico (2014);
- Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada – *Projeto de Regularização Fundiária dos Setores Habitacionais Arriqueira e Bernardo Sayão e Setor de Mansões Park Way*. Terracap, 2012;
- Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada – *Empreendimento Habitacional Gleba 3*. Atrium, 2012;
- Estudo de Impacto de Vizinhança, Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada – *Loteamento Alto Ribeirão*. Cordeiro Administradora, 2011.
- Plano Básico Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada – *Condomínio e Aeródromo Fly Ville*. SETEP / Construtora Locks, 2011.
- Laudo Técnico - *Análise ambiental e determinação da cota de inundação da Sub-Bacia do Rio Jordão*. 2011.
- Laudo Técnico – *Proposta de Revitalização de Curso d'Água para implantação de empreendimentos habitacionais*. (2010).
- Cadastro Socioeconômico – elaboração de cadastro de 475 Edificações em Área de Riscos e Alto Risco em 07 Comunidades de Florianópolis: Morro da Caixa, Morro do Janga, Morro do Balão, Morro do Sol Nascente, Morro da Costeira, Morro da MacLarem, Morro da Nova Jerusalém (2009);
- Estudo Ambiental Simplificado do Condomínio Costão das Cordas. Município de Governador Celso Ramos/SC (2009).
- Estudo de Conformidade Ambiental da Industria Papemborg. Município de Governador Celso Ramos/SC (2009).

- Estudo Ambiental Simplificado do Condomínio *Boulevard De Palmas*. Município de Governador Celso Ramos/SC (2009).
- Geoprocessamento - Elaboração de Mapeamento Temático para Plano Diretor Participativo em Paulo Lopes (2008-2009);
- Geoprocessamento - Atualização do Limite do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: Municípios de Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imarui, São Martinho, São Bonifácio, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis (2008);
- Estudo Ambiental Simplificado do Loteamento Maria Gorete – Gravatal/SC. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado do Loteamento Saturnino – Grão-Pará. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado do Loteamento São Bento – Grão-Pará. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado do Loteamento Rocha - Armazém. 2008.
- Estudo de Conformidade Ambiental do Loteamento Parque Residencial. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado para Abertura de Estrada Municipal – Governador Celso Ramos. 2008.
- Estudo de Impacto Ambiental do Loteamento Bem-Te-Vi- São José/SC. 2008.
- Estudo Socioeconômico do Loteamento Laranjinhas - Tubarão. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado para Mudança de Curso do Rio Biguaçu – Biguaçu/SC. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado para Extração de Saibro nas Localidades de Rio das Antas/Rio Branco – Biguaçu/SC o. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado para usina de Britagem – Gravatal/SC. 2008.
- Estudo Ambiental Simplificado para Usina de Asfalto – Gravatal/SC. 2008.
- Levantamento Topográfico Planialtimétrico de terreno urbano. 2008.
- Projeto de Recuperação de Área Degrada do Rio Águas Negras - Governador Celso Ramos/SC-Brasil. 2007.
- Elaboração de Estudos Ambientais (EIA-RIMA/EAS/RAP/EIV/EVA) Municípios de: Armazém, Anitápolis, Antônio Carlos, Barra Velha, Blumenau, Bom Retiro, Biguaçu, Braço do Norte, Canelinha, Canoinha, Capivari-de-Baixo, Florianópolis, Gravatal, Grão-Pará, Governador Celso Ramos, Guaramirim, Guabiruba, Imbituba, Ituporanga, Ilhota, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Lontras, Mirim Doce, Navegantes, Palhoça, Pomerode, Porto Belo, Pouso Redondo, Rancho Queimado, Salete, São Bento do Sul, São José, São Martinho, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro da Imperatriz, Rio do Sul, Tijucas, Tubarão (2007-2012);
- Geoprocessamento - Mapeamento Temático para Plano Diretor Participativo de 13 Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS. Tijucas, Governador Celso Ramos, Águas Mornas, Angelina, Alfredo Wagner, Leoberto Leal, Nova Trento, São João Batista, Canelinha, São Bonifácio, Major Gercino, Rancho Queimado e Anitápolis - (2006 - 2007).

2.6 Atuação como Palestrante

- **2017**
O Mercado de Carbono após a COP21
Local: Rio Branco/AC – Fevereiro/2017
Tema: Projetos de Carbono e Economia de Baixo Carbono.
- **2016**
VII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Local: Criciúma/SC – Novembro/2016

Tema: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

Maranhão/Pará – Brasil

Local: Paragominas/PE e Açaílândia/MA

Tema: Oportunidades de Negócios na Economia de Baixo Carbono

Os caminhos da consultoria ambiental

Local: UnB –Brasília/DF

- **2014 - Estimativa de Biomassa por perfilamento a Laser**

Local - MUNDOGEO Conect (03 h/a) – São Paulo/Brasil;

- **2013 – Tema: Plano Municipal de Resíduos Sólidos – Lei Federal Nº 12.305/2010**

Locais - INTERLEGIS – SENADO, Brasília/DF (03 h/a);

- Câmara Municipal de Uruaçu – Goiás (03 h/a);

- Câmara Municipal de Barreiras, Bahia (03 h/a).

- **2013 – Tema: Utilização de perfilamento a laser aplicado à mineração e ao meio ambiente.**

- **15º Congresso Internacional de Mineração – EXPOIBRAM (02 h/a)**

Local: Belo Horizonte. Minas Gerais/Brasil

- **2013 – Licenciamento ambiental de obras de barragens (03 h/a)**

Local: Faculdade IESPLAN, Brasília/DF;

2.7 Atuação em Projetos de Pesquisa Científica e Acadêmica

- **2003 – 2004 - Análise Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá**

Descrição: colaboradora no projeto de pesquisa tendo como produto a dissertação de mestrado.

Integrantes: Coordenador: Luiz Fernando Scheibe; Integrantes: Gisele Victor Batista, Sandra Maria de Arruda Furtado, Maria Dolores Buss, et all.

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Cooperação.

- **2000 – 2001 - A evolução da ocupação humana na Serra do Tabuleiro**

Descrição: Projeto de Iniciação Científica.

Integrantes: Coordenador: Ricardo Wagner Ad-Víncula Veadó; Integrante: Gisele Victor Batista

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

1999 – 2000 - A saúde do escolar e a construção do conhecimento sobre aprendizagem.

Descrição: Projeto de Iniciação Científica.

Integrantes: Coordenador: Zenir Maria Koch; Integrante: Gisele Victor Batista -

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

2.8 Atuação na Produção Acadêmica e Científica

Revista VOX – A Cara e a Voz do Legislativo	2013 - Atual Colunista mensal sobre temas relacionados à sustentabilidade, ética, inovação e mudanças climáticas - http://revistavox.com.br/
Revista Internacional	2012 <i>Crecimiento urbano y la degradación ambiental: el uso del sistema de información geográfica en la identificación de los conflictos de uso de la tierra en la ciudad de San Jose / SC - Brasil.</i> Editora Acadêmica Espanhola, v. 16542, p. 1-72, 2012. Endereço eletrônico: https://www.eae-publishing.com/catalog/details/store/gb/book/978-3-659-06020-5/crecimiento-urbano-y-la-degradaci%C3%B3n-ambiental?search=Crecimiento%20urbano%20y%20la%20degradaci%C3%B3n%20a

	<p><u>mbiental.</u></p> <p>2003</p> <p><i>Homens confinados, espaços marcados. Geografia (Londrina), v. 12, p. N°1, 2003</i></p>
<p>Revista Nacional</p>	
<p>Publicações Internacionais 2016</p>	<p>Brasil</p> <p>Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental – Regulação Ambiental, Desenvolvimento e Inovação – Porto Alegre, 2016 (no prelo)</p> <p><i>Usinas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, geração de energia elétrica e mercado de carbono: novos desafios do brasil.</i></p> <p>XIV Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade e Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental – Brasília, 2016.</p> <p><i>Regularização fundiária e políticas de regulação urbano-ambiental: o caso do distrito federal/brasil.</i></p>
<p>2014</p>	<p>4º Congresso Internacional para Tecnologia para o Meio Ambiente – FIEMA – Bento Gonçalves/RS.</p> <p><i>Geoprocessamento Aplicado à Delimitação de Microbacias Hidrográficas para Avaliação de Impacto Ambiental.</i></p>
<p>2012</p>	<p>EUA</p> <p>Orlando – Undécima Conferencia Iberoamericana en Sistemas, Cibernética e Informática: CISCI 2012.</p> <p><i>Avaliação Das Informações Cartográficas Do Governo Eletrônico Como Instrumento De Gestão Territorial: Estudo de Caso Nas Capitais Dos Estados Brasileiros.</i></p>
	<p>Argentina - I Congresso latino-americano de ecología urbana</p> <p><i>Calidad de las aguas y efluentes comerciales: un estudio sobre la polución hídrica provocada por los establecimientos alimenticios en Gravatal / Santa Catarina Brasil. Buenos Aires. Anais do I Congresso latino-americano de ecología urbana, 2012.</i></p> <p><i>Avaliación del Impacto Socioambiental: un estudio comparativo entre los indicadores que definen las áreas de influencia en los estudios ambientales. Buenos Aires. Anais do I Congresso latino-americano de ecología urbana, 2012.</i></p>
	<p>Brasil</p> <p>Bento Gonçalves – 3º Congresso Internacional para Tecnologias para o Meio Ambiente - Feira Internacional de Soluções Ambientais.</p> <p><i>Geotecnologias para avaliação de impactos ambientais: uso de SIG para definição de cota de inundação da Sub-bacia do Rio Jordão - Governador Celso Ramos – SC/Brasil.</i></p> <p>Brasília - PLURIS- 5º Congresso Luso Brasileiro Para O Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável</p> <p><i>Governo Eletrônico para Gestão Territorial: Mapa da interoperabilidade da consultas prévias virtuais das capitais brasileiras e Distrito Federal.</i></p>
<p>2011</p>	<p>Costa Rica</p> <p>San Jose. Universidad Autónoma de Costa Rica</p> <p>ANAIIS EGAL 2011- Encontro de Geógrafos Latino-Americanos</p> <p><i>Uso de indicadores socioambientais para avaliação de impacto: sistema especialista ambiental como instrumento de gestão territorial ambiental.</i></p> <p>Brasil – Porto Alegre - 54ª. IFHP – PORTO ALEGRE</p> <p><i>Automatização de consultas de viabilidade como instrumento de sustentabilidade</i></p>

	<i>social: aplicação de Sistema Especialista Ambiental para gestão urbana de São José/SC - Brasil.</i>
2010	México – SELPER - Guanajuato. Universidad Autónoma de Guanajuato <i>Utilización Del Sistema De Información Geográfica Em La Identificación De Los Conflictos De Uso Y Ocupación De Terrenos Urbanos: Estudio De Caso En El Municipio De São Jose / Sc Brasil.</i> Brasil - Florianópolis - VII Jornada Luso Brasileira sobre Dano Ambiental. <i>Geotecnologias Para Identificação Do Dano Ambiental Como Ferramenta De Apoio Aos Processos Judiciais.</i>
Publicações Nacionais 2016	Jornada nacional de desenvolvimento e políticas públicas - V Seminário de ciências sociais aplicadas: Debates para a superação das desigualdades socioeconômicas – Universidade do Extremo Sul Catarinense – Criciúma/SC. <i>A transparéncia pública e os desafios da acessibilidade: a internet enquanto instrumento de aproximação entre estado e cidadão na era da sociedade da informação</i>
2015	CONSAD – Congresso de Gestão Pública do Brasil – Brasília/DF <i>A contratação pública eletrônica como política pública: análise comparada Brasil/Portugal</i>
1998 – 2015	Publicações disponíveis no Currículo Lattes – Plataforma CNPq.

2.9 Atuação em Orientações de Monografias de Conclusão de Curso Especialização Lato Sensu

- **Liana Gesing Niehues.** Procedimentos para minimizar os problemas em relação aos resíduos sólidos no município de São Ludgero SC. 2012. Monografia. (Especialização em Gestão Ambiental: licenciamento e perícia) - Centro Universitário Barriga Verde.
- **Alice Macari.** Contribuição ao licenciamento ambiental de aterros sanitários em Santa Catarina: estudo de caso do aterro CIRSURES Urussanga/SC. 2012. Monografia. (Especialização em gestão ambiental: licenciamento e perícia) - Centro Universitário Barriga Verde.
- **Eliandro Bett Giongo.** Educação Ambiental na Formação de Jovens Rurais. Início: 2012. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental: licenciamento e perícia) - Centro Universitário Barriga Verde.